

JOSÉ CASADO

Opção de alto risco

O pedido de moratória do Estado do Rio ao governo federal sugere graves riscos na opção feita pela Presidência da República para lidar com a delicada situação financeira dos Estados. O governo federal preferiu empurrar com a barriga a crise financeira dos Estados, apostando em solução negociada de prazo mais longo, via estímulos pontuais aos cortes nas despesas com pessoal e às privatizações de empresas estaduais.

O problema é que sinais de alarme estão sendo sucessivamente disparados. Em alguns casos, o governo federal vem refinanciando e prorrogando o vencimento das dívidas bancárias estaduais, assim como fazendo novos empréstimos, via Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Impõe condições rígidas para restringir gastos à arrecadação, com metas pré-estabelecidas de redução de despesas e de privatização. Em alguns casos, as exigências são tão rigorosas que se tornam passíveis de ser consideradas chocantes com o princípio da independência federativa.



Inexiste uma estratégia conjunta para fugir do perigo da "inflação federativa"

Mas o controle final tem se limitado mais ao papel: na área econômica federal sobram evidências de falta de coordenação entre os órgãos federais encarregados do controle do déficit público consolidado da União, dos Estados e municípios.

Os dados oficiais indicam que a maioria dos Estados continua consumindo, na média, 70% de sua arrecadação com a folha de salários. E mais: apesar das ope-

rações típicas de socorro, uma dezena deles se mantêm operando com dívidas em atraso pelo menos duas vezes maiores que a receita mensal, sem condições de pagar os novos empréstimos que estão sendo contratados.

A sugestão de moratória do Estado do Rio põe em xeque essa estratégia de Brasília para com a crise dos governos estaduais. E vai além: conduz a uma necessidade de reflexão — ainda não realizada em Brasília na extensão necessária — sobre o que aconteceu com o caixa dos Estados nos 20 meses de mandato dos atuais governadores, quando se sabe que as receitas públicas cresceram em média 30% acima da inflação, de-

pois do Plano Real.

Seria irresponsável acusá-los, de forma genérica, como alguns costumam fazer nos corredores do Palácio do Planalto e dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Pode-se criticar a rota escolhida por governantes como Marcello Alencar, no Rio, e Mário Covas, em São Paulo. Mas não se pode negar esforço autêntico nesses e em outros Estados para equilibrar as contas públicas.

O que se vê, na vida real, é a União e os Estados patinando em despesas crescentes, sempre superiores à arrecadação, que por sua vez cresce como nunca. E se constata a inexistência de uma estratégia conjunta para fugir do perigo

que está aí: o de uma "inflação federativa" — como bem definiu Paulo Haddad, ex-ministro da Fazenda —, com esse déficit podendo vir a ser gradualmente financiado por emissões de moeda.

O governo está mesmo conseguindo "retirar os esqueletos do armário, sem prejudicar o déficit público", como disse Gustavo Franco, diretor do Banco Central, à jornalista Suely Caldas, em entrevista publicada pelo **Estado** no domingo. Só não deixou claro, ainda, o que pretende fazer para impedi-los de circular de madrugada, apertando os botões das máquinas da Casa da Moeda.

■ José Casado é jornalista

